CORREIO POPULAR
Publicado em 08/02/2022 - 05:53

MP amplia para dez os suspeitos de prática de 'rachadinha'

Fotos: Câmara Municipal de Campinas

Seis denúncias contra vereadores de Campinas evoluíram para Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Civis, uma já se tornou Inquérito Civil e as outras três acusações estão em fase de apurações

Thiago Rovêdo
thiago.rovedo@rac.com.br

EM CAMPINAS

MP amplia para 10 os vereadores suspeitos no caso da 'rachadinha'

Investigações do Ministério Público atingem 1/3 dos parlamentares municipais

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) aumentou para dez o número de vereadores de Campinas investigados pela suposta retenção de parte de salários de seus assessores. Isso significa que 1/3 do total de 33 parlamentares da Câmara Municipal é suspeito da prática de "rachadinha". A novidade é a inclusão de Débora Palermo (PSC) — que não estava na mira do MP — como investigada. A Promotoria abriu ontem Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Civis (PPIC) contra ela e o vereador Edison Ribeiro (PSL), cuja apuração estava em fase de notícia de fato.

Todos negam reter parte dos salários de seus assessores

Com isso, já são seis parlamentares nesse patamar de investigação. Além desses dois, outros quatro tiveram as apurações evoluídas para Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Civis: Jorge Schneider (PL), Nelson Hossri (PSD), Permínio Monteiro (PV) e o próprio presidente da Câmara Zé Carlos (PSB). Se forem obtidos mais subsídios sobre as denúncias, o próximo passo é a abertura de inquéritos civis. Todos eles negaram as denúncias e afirmam estar à disposição do Ministério Público.

A vereadora Débora Palermo rebate as acusações, negando que tenha pedido de volta parte do dinheiro pago a seus assessores. Ela também afirmou que irá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Promotoria.

"Ainda não fui notificada. Não estou sabendo, mas estou à disposição do Ministério Público para qualquer esclarecimento. Não pratico rachadinha, abomino essa prática. São denúncias de inimigos políticos. Estão fazendo contra todos os possíveis candidatos a deputado", disse Débora.

Vereadora Débora Palermo (PSC) também passou a ser investigada

Apuração de denúncia contra Edison Ribeiro (PSL) evoluiu para PPIC

Edison Ribeiro se pronunciou por meio de seu advogado, Giuliano Guerreiro. O defensor afirmou que foi notificado ontem sobre a atualização da investigação. "Recebemos hoje a comunicação da instauração de um procedimento preparatório pelo MP para apuração de alguns fatos que foram encaminhamos àquele órgão de forma anônima. Ainda não tivemos acesso ao conteúdo e nos foi dado o prazo de 15 dias para manifestação", afirmou.

Segundo o promotor Ângelo Carvalhaes, responsável pela investigação, as apurações estão sob sigilo e ele não poderia passar mais detalhes sobre como está o andamento de cada caso.

Inquérito já instaurado

Além desses seis vereadores, um inquérito civil já foi instaurado contra Otto Alejandro (PL). Ele chegou a ingressar com um pedido de liminar na Justiça requerendo o trancamento do Inquérito Civil e também para ter acesso às investigações do processo. Porém, Otto sofreu um revés na Justiça: o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Mauro Iuji Fukumoto, negou a liminar.

Alejandro alegou que todo cidadão brasileiro precisa primeiro saber sobre o que, e em quais circunstâncias, está sendo acusado, o que não ocorreu nessa investigação, já que ela tramita em segredo de Justiça.

"O inquérito civil é mero procedimento investigativo e, embora não se negue a possibilidade do exercício da ampla defesa, é cabível vedar provisoriamente o acesso aos autos, até que se consume alguma diligência que, de outra forma, teria sua finalidade frustrada", afirmou o juiz ao negar o pedido.

O caso

As representações envolvendo a prática de "rachadinha" por vereadores de Campinas foram todas anônimas e começaram em novembro com o vereador Filipe Marchesi (PSB). Folhetos anônimos, com a foto do parlamentar foram espalhados na região do bairro São José, reduto eleitoral do parlamentar.

Segundo o MP, a prática da "rachadinha" não seria restrita aos assessores dos gabinetes na Câmara Municipal de Campinas. É apurada também a suposta retenção de parte de salários de funcionários indicados pelos vereadores para cargos em outras esferas do poder público.

As investigações sobre ele e os vereadores Gustavo Petta (PCdoB) e Marcelo Silva (PSD) seguem em apuração. Eles também negaram a prática de rachadinha na ocasião das denúncias. O promotor informou que pediu prorrogação de prazo para conclusão do caso.

População desconfia de tudo

O professor de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, (PUC-Campinas), Vitor Barletta Machado, analisou que a população tem convivido, nos últimos anos, com o intenso discurso de combate à corrupção, e que o caso das supostas rachadinhas na cidade vem se somar a outras denúncias que já ocorreram no Brasil.

"O caso das rachadinhas remete a várias questões que estão no imaginário da população nos últimos tempos. Além disso, diante de tudo que esses últimos anos significaram, com o combate à corrupção de maneira legítima e também o discurso sem o combate de fato, a população acaba desconfiando de tudo", afirmou.

Para o professor, o Brasil, de uma forma geral, entrou em um cenário onde as pessoas não sabem em quem podem mais confiar: seja no investigado ou até mesmo em quem faz a denúncia. Tudo tem que ser analisado com muito cuidado, já que algumas estruturas de investigação podem ser utilizadas de forma política.

"O mais importante é esperar o momento disso se consolidar para além do que foi denunciado. Mas com certeza, isso já provocou um impacto no eleitor", finalizou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.